



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**  
**28 de junho**  
**de 2021**

# MESMO TENDO EQUIPE, ALEX ROCHA CONTRATA EMPRESA DE LICITAÇÃO DE SÃO LUÍS POR R\$ 72 MIL (Notícias)

*Leandro de Sá*

Menu

A presidência da Câmara de Timbiras, na pessoa do presidente Vereador Alex Rocha, tem mostrado que economizar não é seu forte. A presidência do parlamento timbirense contratou a empresa Cocais Transportes e Serviços por R\$ 72.600 (SETENTA E DOIS MIL E SESENTOS REAIS), pagando em parcelas por mês no valor de R\$ 6.600 (SEIS MIL E SESENTOS REAIS ) para assessoria e consultoria em licitação, compras e contratos administrativos para a Câmara de Vereadores da cidade, comandada pelo jovem vereador Alex Rocha. A empresa fica localizada na Av. dos Sambaquis, número 28, quadra 08, lotes 26 e 27, no Calhau, em São Luís.

## ATENÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO

Pelo direcionamento do contrato com essa empresa, cheira algo estranho pelo fato da Câmara da cidade de Timbiras já ter uma equipe para realizar seus processos licitatórios. Por outro lado, esse contrato pode complicar a vida do presidente da casa, já que os processos licitatórios do parlamento timbirense em sua grande maioria são duvidosos. Era justamente ai que deveria entrar a empresa contratada por Alex Rocha, para orientá-lo sobre os possíveis contratos que podem deixá-lo inelegível daqui a alguns anos, ou mesmo ter que devolver dinheiro ao erário público.

## CUIDADO PREGOEIRO

Fontes na Câmara de Timbiras informaram ao BLOG DO DE SÁ que o pregoeiro do parlamento municipal não segue o que exige a lei na realização dos processos licitatórios. Inclusive até tentou orientar o presidente, mas o mesmo deu pouco caso e se continuar como está a coisa pode pegar no futuro tanto para o presidente quanto para o pregoeiro. O blog deixa o espaço aberto para os esclarecimentos do vereador.

O seu endereço de e-mail não será publicado.  
Campos obrigatórios são marcados com \*

Facebook Instagram

Desculpe, sem enquetes no momento

Direitos Autorais © 2021 - Blog do de Sá . Todos os direitos reservados ®. | Tema de Blog Responsivo por: Jocean Martins

**Site:** <https://www.blogdodesa.com.br/mesmo-tendo-equipe-alex-rocha-contrata-empresa-de-licitacao-de-sao-luis-por-r-72-mil/>

# Mais de uma tonelada de drogas é incinerada pela Policia Civil

Foram incineradas mais de uma tonelada de drogas diversas, nesta sexta-feira (25), pela Policia Civil. O volume é fruto de apreensões dos últimos 12 meses, em operações realizadas na capital e no interior do estado. Os trabalhos foram coordenados pela Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), com apoio da Superintendência Estadual de Investigação (SEIC), do Grupo de Resposta Tática (GRT) e demais unidades da Polida Civil.

Na lista de drogas incineradas está maconha, cocaina, crack e outros tipos. A incineração foi realizada pela manhã, em uma Indústria de cerâmica localizada na zona rural de São Luís. As drogas foram **queimadas** em fornos da cerâmica e o procedimento, autorizado pela Justiça, teve acompanhamento da equipe de Vigilância Sanitária.

Entre os casos, nesta sexta-feira, a polida prendeu em flagrante, na cidade de Codó, um homem e uma mulher suspeitos pelos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico. O casal já era investigado e, após representação do judiciário, foi executada uma busca e apreensão na residência dos suspeitos. No local, foram apreendidas drogas prontas para comercialização, anotações e extratos bancários, indicando associação para o tráfico. Em outra operação, realizada no início deste mês, os policiais prenderam em flagrante, no bairro do Araçagi, em São José de Ribamar, duas pessoas que estavam em posse de 10 quilos de cocaina. A droga foi avaliada em quase R\$ 300 mil. Em abril, a Senarc contabilizou a apreensão de 50 quilos de maconha, em operação na cidade de Peritoró. A droga estava sendo transportada em um veículo com destino ao município de Timbiras. Na ocasião, um homem foi preso em flagrante.

Operação nacional A Senarc integrou ainda a operação Narco Brasil, de combate ao crime de tráfico de drogas e com execução nos 26 estados e Distrito Federal. Realizada entre 1º e 24 de junho, a operação contou com participação de mais de 3.1 mil policiais do **Maranhão**, entre civis e militares. O balanço da operação foi divulgado nesta sexta-feira (25).

Em 24 dias de operação, somaram 452 pessoas presas em flagrante ou por meio de mandados de prisão; 610 kg de drogas apreendidas; 92 mandados de busca e apreensão cumpridos; apreensão de 140

armas de fogo e de mais de três mil munições de vários calibres.

A mobilização nacional de combate às drogas é coordenada pelo Ministério da Justiça e **Segurança Pública** (MJSP), por meio da Secretaria de Operações Integradas (Seopi). O trabalho tem parceria da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do MJSP e Secretarias de **Segurança Pública** dos estados. No **Maranhão**, além da Senarc, participaram ainda unidades da Policia Militar e da Polida Civil no interior.

**Site:** <https://issuu.pdf-downloader.com/download.php?documentId=210627002518-a9f85398a61ad1b3b3737a4176ddc0b1&count=10&ck=f>

# EM CODÓ, PREGOEIRO ESTÁ TODO ENROLADO E AINDA COMPLICOU EX-SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO

## (Notícias)

**Leandro de Sá**

Menu

O Senhor, Francisco Denilson de Souza Teodoro, que trabalhou como pregoeiro nas gestões de Zito Rolim e Francisco Nagib, e ainda continua na gestão do atual prefeito Zé Francisco, está respondendo a várias ações por **improbidade administrativa**. O inquérito policial de número 0083/2015 está no **Ministério Público** Federal de Caxias.

COMO ACONTECEU

De acordo com o processo, Francisco Denilson de Sousa Teodoro, está sendo indiciado por fraude em licitação com a empresa F Z CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, de Francisco Zerbini Dourado Gomes, que foi contratada para fazer o transporte Escolar no ano de 2013 com emprego de recursos federais oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Segundo o que relata o processo, o valor licitado foi R\$ 3.080.213,28 (TRÊS MILHÕES, OITENTA MIL, DUZENTOS E TREZE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS) para o ano de 2013.

MAIS INDICIADOS

Estão arrolados no processo também, a ex-secretária de educação, Rosina de Araújo Benvindo, e Jacinto Pereira Sousa Júnior, também ex-secretário de educação de Codó. Segundo o **Ministério Público** Federal, como mostra o documento abaixo, os dois ex-secretários podem ser condenados pela prática criminosa, que o MPF entende como fraude em licitação com a empresa citada a cima pelo BLOG DO DE SÁ.

PREGÃO PRESENCIAL

A licitação foi feita na modalidade PREGÃO PRESENCIAL e segundo o **Ministério Público**

Federal, apenas uma empresa de nome M.A MACEDO GOMES E TRANSPORTES, com sede em Codó, apresentou uma proposta quase que idêntica a proposta da empresa vencedora. Ainda segundo o que relata o processo, a empresa F Z CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS jamais deveria ter ganho o processo licitatório, uma vez que a mesma não atendia aos critérios exigidos no edital da licitação. O processo diz também que a empresa não possuía os veículos necessários para a prestação do serviço de transporte escolar. O BLOG DO DE SÁ coloca-se a disposição dos citados aqui nesta matéria para quaisquer esclarecimentos, inclusive deixando o espaço aberto para versão dos citados. Confira abaixo todos os documentos sobre a matéria relatada por este blog.

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com \*

Facebook Instagram

Desculpe, sem enquetes no momento

Direitos Autorais © 2021 - Blog do de Sá . Todos os direitos reservados ®. | Tema de Blog Responsivo por: Jocean Martins

**Site: <https://www.blogdodesa.com.br/pregoeiro-de-codo-esta-todo-enrolado-e-ainda-enrolou-a-vida-de-ex-secretarios-de-educacao/>**

# Deputado Drº Yglésio entra com representação contra prefeita de Paço do Lumiar

*Eduardo Ericeira*

O deputado estadual Drº Yglésio (PROS) entrou com uma representação no **Ministério Público**, em desfavor da prefeita Paula Azevedo, após sessão plenária na Câmara Municipal de Paço do Lumiar. Suspeitas apontam para o fato de que a prefeita do município teria 'liberado' secretários e outros servidores públicos para construir uma base de apoio à secretária de Saúde Danielle Pereira.

Os servidores presentes "deveriam estar trabalhando, em afronta direta ao disposto na Lei Municipal nº 180/1993", destaca um trecho do documento.

A chefe da Saúde luminense foi convocada pelo legislativo local para prestar esclarecimentos em relação à aplicação do recurso federal destinados ao combate da covid-19, o SAMU que se encontra desativado, além de outros contratos entre o município e empresas.

No documento, o parlamentar destaca que o alvo da investigação é a liberação dos secretários de suas funções administrativas, sem citar servidores públicos de outras áreas que, por algum motivo, também estavam presentes. Caso não conste 'liberação' por parte da prefeita, o parlamentar pede que sejam aplicadas sanções administrativas aos agentes públicos citados.

**Site:**

***<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/06/deputa-do-dr-yglesio-entra-com.html>***

# Trio é preso em flagrante no MA tentando sacar benefício previdenciário de falecido

GOVERNADOR NUNES FREIRE - A Polícia Civil do **Maranhão** prendeu em flagrante três suspeitos do crime de estelionato, nessa quinta-feira (24), em Governador Nunes Freire, município a 224 km de São Luís. O trio foi preso no momento em que tentava sacar benefício previdenciário de uma pessoa já falecida, na agência do Banco do Brasil, por meio de documento de identidade falsificado.

De acordo com a polícia, um dos presos é um idoso, que se identificou com o nome de uma pessoa já falecida, não soube responder os questionamentos simples dos policiais como, por exemplo, o nome completo, nome dos pais, data e local de nascimento. Após consulta ao sistema de identificação, foi comprovada a **fraude**.

Ainda segundo a polícia, com base no extrato do benefício previdenciário e imagens das câmeras de videomonitoramento fornecidas pela agência bancária, também ficou constatado que os suspeitos já vinham realizando saques fraudulentos há cerca de quatro meses. Em poder de um dos suspeitos, foi encontrado dezenas de documentos de identidade falsificados, cartões bancários e anotações de senhas dos benefícios.

A polícia informou que os suspeitos responderão judicialmente pelo crime de estelionato previdenciário, praticado em desfavor do INSS, em **concurso** com o delito de falsificação de documento público.

**Site:** <https://imirante.com/governador-nunes-freire/noticias/2021/06/28/trio-e-preso-em-flagrante-tentando-sacar-beneficio-previdenciario-de-falecido.shtml>

# Trio é preso em flagrante no MA tentando sacar benefício previdenciário de falecido (Em Gov. Nunes Freire)

Imirante.com, com informações da Polícia Civil  
28/06/2021 às 11h57

GOVERNADOR NUNES FREIRE - A Polícia Civil do **Maranhão** prendeu em flagrante três suspeitos do crime de estelionato, nessa quinta-feira (24), em Governador Nunes Freire, município a 224 km de São Luís. O trio foi preso no momento em que tentava sacar benefício previdenciário de uma pessoa já falecida, na agência do Banco do Brasil, por meio de documento de identidade falsificado.

De acordo com a polícia, um dos presos é um idoso, que se identificou com o nome de uma pessoa já falecida, não soube responder os questionamentos simples dos policiais como, por exemplo, o nome completo, nome dos pais, data e local de nascimento. Após consulta ao sistema de identificação, foi comprovada a **fraude**.

Ainda segundo a polícia, com base no extrato do benefício previdenciário e imagens das câmeras de videomonitoramento fornecidas pela agência bancária, também ficou constatado que os suspeitos já vinham realizando saques fraudulentos há cerca de quatro meses. Em poder de um dos suspeitos, foi encontrado dezenas de documentos de identidade falsificados, cartões bancários e anotações de senhas dos benefícios.

A polícia informou que os suspeitos responderão judicialmente pelo crime de estelionato previdenciário, praticado em desfavor do INSS, em **concurso** com o delito de falsificação de documento público.

Leia outras notícias em Imirante.com . Siga, também, o Imirante no Twitter , Instagram , curta nossa página no Facebook e se inscreva no nosso canal no Youtube . Envie informações à Redação do Portal por meio do WhatsApp pelo telefone (98) 99209-2383 .

Mais notícias

**Site: <https://imirante.com/governador-nunes-freire/noticias/2021/06/28/trio-e-preso-em-flagrante-tentando-sacar-beneficio-previdenciario-de-falecido.shtml>**

# CPI dos Combustíveis reabre trabalhos e marca depoimento de laranja de Pacovan (Política)

*Yuri Almeida*

Está marcada para para esta quarta-feira (30) as oitivas de Rafaely de Jesus Souza Carvalho, proprietária no papel do Posto Joyce VII, em Paço do Lumiar, à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos Combustíveis na Assembleia Legislativa do **Maranhão**.

Segundo inquéritos das polícias Civil e Federal referentes à agiotagem e **desvio de recursos** públicos, ela é laranja do agiota Josival Cavalcante da Silva, o Pavocan, e virou alvo do colegiado após quebra de sigilo fiscal apontar que o empreendimento pode estar sendo usado para lavagem de dinheiro e descaminho.

Paralisada por quase um mês, a CPI voltou à ativa após o ATUAL7 mostrar que a alegação de medida de contenção à pandemia da Covid-19, utilizada pela Mesa Diretora para suspender toda e qualquer atividade presencial na Casa desde o final de maio, não serviu para a produção de um arraial de São João nas dependências internas do Palácio Manuel Beckman, sede do Poder Legislativo, em São Luis.

Também na quarta, serão ouvidos representantes das distribuidoras Ipiranga e Petrobras, sobre suposto aumento abusivo no preço dos combustíveis e possível prática de cartel.

Nas redes sociais, o presidente da CPI, deputado Duarte Júnior (sem partido), voltou a publicar sobre indícios de irregularidades descobertos pelo colegiado, que, segundo ele, tem até a próxima semana para concluir os trabalhos.

"Como forma de garantir a continuidade e a conclusão das investigações da CPI dos Combustíveis, vou passar a expor nas redes informações que comprovam os fortes indícios de formação cartel e aumentos abusivos no preços dos combustíveis. O consumidor precisa e vai saber de tudo!", escreveu.

No bastidor, as publicações foram recebidas como tentativa de Duarte Júnior de forçar o relator da CPI dos Combustíveis, deputado Roberto Costa (MDB), a

apresentar um relatório fiel aos fatos apurados no âmbito da comissão.

**Site:** <https://atual7.com/noticias/politica/2021/06/cpi-dos-combustiveis-reabre-trabalhos-e-marca-depoimento-de-laranja-de-pacovan/>



# Casos de crianças em motocicletas sem proteção, ou idade permitida na cidade de Imperatriz

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVCIDADEAFRE>**

**CORDSOLUSMA-08.16.42-08.18.22-1624886359.mp4**

# Briga entre mulheres leva a tentativa de homicídio

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVCIDADEAFRE>**

**CORDSOLUSMA-07.57.41-07.58.33-1624885793.mp4**

# Prisão de assaltante em São José de Ribamar

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVCIDADEAFRE>**

**CORDSOLUSMA-07.47.47-07.48.51-1624885644.mp4**

# Patrão das drogas é preso

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVCIDADEAFRE>**

**CORDSOLUSMA-07.39.41-07.40.49-1624885575.mp4**

# Mulher morta a tiros pelo ex-marido

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVCIDADEAFRE>**

**CORDSOLUSMA-07.35.36-07.38.08-1624885442.mp4**

# Apreensão de maconha e e moto roubada

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVCIDADEAFRE>**

**CORDSOLUSMA-07.32.05-07.33.48-1624885381.mp4**

# Desaparecimento de homem em lavoura

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVCIDADEAFRE>**

**CORDSOLUSMA-06.57.22-07.03.49-1624884669.mp4**

# Mulher morta a tiros pelo ex-companheiro

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVDIFUSORAAF>**

**SBTSOLUSMA-07.18.00-07.19.31-1624882958.mp4**



# Mulher é morta pelo ex-companheiro

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVDIFUSORAAF>**

**SBTSOLUSMA-06.32.02-06.35.26-1624882039.mp4**

# Prisão de 3 assaltantes

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVDIFUSORAAF>**

**SBTSOLUSMA-06.25.42-06.27.27-1624881972.mp4**

# Polícia civil incinera 1 tonelada de drogas

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVDIFUSORAAF>**

**SBTSOLUSMA-06.21.44-06.25.37-1624881926.mp4**

# Ladrão teme ser linchado e espera a polícia prendê-lo

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVMIRANTEAFG>**

**LOBOSOLUSMA-06.53.07-06.54.38-1624889159.mp4**

# Adolescente morre vítima de overdose

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVMIRANTEAFG>**

**LOBOSOLUSMA-06.49.51-06.51.12-1624888863.mp4**

# Falta de segurança no terminal rodoviário de Santa Inês

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVMIRANTEAFG>**

**LOBOSOLUSMA-06.30.28-06.33.43-1624888332.mp4**

# Acusado de homicídio vai a júri popular em Santo Antônio dos Lopes

O Poder Judiciário em Santo Antônio dos Lopes realiza na próxima sexta-feira, 2 de julho, uma sessão do **Tribunal do Júri**. A sessão terá como réu Júlio César da Silva Lima, acusado de crime de homicídio que teve como vítima o homem conhecido como 'Toinho'. O júri será presidido pela juíza Talita de Castro Barreto, titular de Santo Antônio dos Lopes.

Narra o inquérito policial que o crime ocorreu em 27 de outubro de 2019, no Povoado Taboca, localidade rural de Governador Archer, termo judiciário da comarca. Segue relatando que Júlio César estava em uma casa de uma pessoa conhecida como 'Cabeluda', juntamente com a dona da casa, uma prima do acusado e a vítima 'Toinho'. Após certo tempo, o acusado, que estava ingerindo bebida alcoólica, teria iniciado uma discussão com a vítima.

Ato contínuo, Júlio César teria pego um pedaço de madeira e atingido 'Toinho' algumas vezes, inclusive na cabeça. Após o acontecido, Júlio evadiu-se do local e a vítima foi levada ao Hospital Regional de Presidente Dutra, vindo a falecer dias depois. Por causa da morte de 'Toinho', houve um aditamento, acrescentar ou suplementar novos dados aos que já haviam sido acordado inicialmente, na denúncia.

O acusado, que antes responderia por tentativa de homicídio, será julgado por homicídio qualificado consumado. Além da magistrada presidente da sessão, atuarão no julgamento o **promotor de Justiça** Xilon de Souza Júnior, na acusação, e o advogado Felinto de Albuquerque Neto, na defesa de Júlio César. O réu encontra-se preso. A sessão será realizada no Fórum Desembargador José Delfino Sipaúba, em Santo Antônio dos Lopes.

**Site:** <https://omaranhense.com/acusado-de-homicidio-vai-a-juri-popular-em-santo-antonio-dos-lopes/>

# Destino de R\$ 4,9 milhões da Covid-19 enviados à Paço, sob Paula da Pindoba, é desconhecido (Política)

**Yuri Almeida**

A Prefeitura de Paço do Lumiar, sob a gestão de Maria Paula Azevedo Desterro, a Paula da Pindoba (PCdoB), tem até a próxima semana para informar ao TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Maranhão onde foi parar exatos R\$ 4.989.170,11 destinados pela União ao município para ações de enfrentamento à pandemia da Covid-19.

O valor corresponde à soma dos montantes ocultados em 2020 e 2021, levantados por técnicos da corte a partir do cruzamento de dados dos portais da transparência de Paço e do governo federal com informações do sistema de acompanhamento de contratações públicas do tribunal, o Sacop.

Segundo o levantamento, do total de R\$ 7.741.899,72 enviados à Paço do Lumiar pelo governo Jair Bolsonaro (sem partido) no ano passado, para uso exclusivo no combate ao novo coronavírus, o destino de apenas R\$ 1.977.041,18 foi informado à corte de Contas pelo Sacop, o que representa apenas 25,54% do dinheiro público federal recebido.

Já neste ano, até a data do levantamento, nenhum centavo dos R\$ 775.688,43 destinados ao município para ações de saúde contra a doença foi tornado público.

Segundo balanço epidemiológico da prefeitura, até o último dia 25, data da atualização mais recente, 2.353 pessoas já foram infectadas e 193 morreram em decorrência da Covid-19 em Paço do Lumiar.

Independentemente da gestão Paula da Pindoba informar ou não ao TCE do Maranhão o destino dado aos recursos federais, a ocultação deve ser compartilhada com demais órgãos integrantes da Rede de Controle, como Polícia Federal. Em paralelo, a Câmara de Vereadores também pode abrir investigação contra a prefeita.

No âmbito do **Ministério Público do Maranhão**, já houve o ajuizamento de ação por improbidade para que a Justiça obrigue a gestão municipal a divulgar, detalhadamente, os valores orçamentários e a

execução das despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Paula da Pindoba assumiu o comando dos cofres de Paço do Lumiar pela primeira vez em agosto 2019, em substituição ao então prefeito Domingos Dutra (PCdoB), vítima de um AVC (Acidente Vascular Cerebral). À época, chegou à visitar o MP maranhense para denunciar falta de transparência de Dutra e à determinar uma varredura em documentos e contratos do município, mas nunca apresentou o resultado prévio nem final do relatório. Em 2020, ela foi reeleita com 46,85% dos votos.

**Site:** <https://atual7.com/noticias/politica/2021/06/destino-de-r-49-milhoes-da-covid-19-enviados-a-paco-sob-paula-da-pindoba-e-desconhecido/>



# MP oferece Denúncia contra sócios do Ceuma por crimes contra a ordem tributária

**Gláucio Ericeira**

Em Ações Penais referentes a quatro unidades do Ceuma - Associação de ensino superior em São Luís, localizadas no Renascença, Centro, Bequimão e Anil, o **Ministério Público do Maranhão**, por meio da 26ª Promotoria de Justiça da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, ofereceu denúncia contra os sócios e administradores do referido estabelecimento educacional por sonegação de Imposto Sobre Serviços (ISS) ao Município de São Luís.

O montante sonegado nas quatro unidades soma R\$ 159.482.135,97. O ISS tem uma alíquota de 5% do valor do serviço, o que indica um faturamento em torno de R\$ 3,18 bilhões. O **promotor de justiça** José Osmar Alves, subscritor das ações, informou que deixou de fora das denúncias vários autos de infração, porque os crimes estavam prescritos em relação a eles, o que indica que os valores sonegados são ainda maiores.

Nas quatro ações, foram denunciados Clóvis Antônio Chaves Fecury, Ana Lúcia Chaves Fecury, Bernardino Rodrigues Ribeiro e Mauro de Alencar Fecury. O Ceuma dedica-se à prestação de serviços de educação, com cursos de graduação e pós-graduação.

Em todas as denúncias o **Ministério Público** pede a condenação dos réus pelo crime de sonegação de ISS mediante a omissão de informações às autoridades fazendárias e pela prestação dos serviços de educação sem a emissão de nota fiscal. Essas condutas se acham tipificadas no art. 1º, incisos I e V da Lei 8.137/90, com a agravante descrita no art. 12, I da mesma Lei 8.137/90 (por se tratar de crimes que causaram graves danos à sociedade ludovicense), acrescidas da exasperação decorrente da continuidade delitiva, prevista no art. 71 do Código Penal, por terem os réus sonegado o imposto de forma continuada nos últimos quinze anos.

A pena máxima prevista para o crime é de cinco anos de reclusão, e 360 dias-multa. Se forem condenados nos quatro processos, eles podem pegar até 20 anos de cadeia e pagar R\$ 1.980.000,00 de multa cada um.

## SONEGAÇÃO

Na ação referente à unidade Bequimão, a Promotoria

constatou a sonegação do valor de R\$ 3.017.396,00, entre os meses de janeiro a dezembro de 2017, período repetido em 2018, totalizando 24 crimes contra a ordem tributária.

Na manifestação sobre a unidade Renascença, foi atestada a sonegação da quantia de R\$ 150.141.210,00, durante os meses de janeiro a dezembro de 2008, período repetido até o ano de 2016, num total de 108 crimes da mesma espécie.

Em relação à Ação Penal cujo objeto é a unidade do bairro do Anil, foi verificado que os denunciados sonegaram ISS ao Município de São Luís na importância de R\$ 3.320.073,00, nos meses de janeiro a dezembro de 2017, continuado no mesmo período de 2018, completando 24 crimes da mesma natureza contra a ordem tributária.

Na manifestação referente ao estabelecimento da unidade Centro, o **Ministério Público** averiguou a sonegação de ISS no valor de R\$ 3.003.456,97, nos meses de dezembro de 2014, janeiro a dezembro de 2015 e janeiro a dezembro de 2016, num total de 25 crimes da mesma categoria.

## ESTATUTO

Durante a investigação, um dos auditores-fiscais responsáveis pelos levantamentos informou que até por volta do ano de 2004 o CEUMA recolhia normalmente o ISS. Porém, a partir daquele ano deixou de recolher o imposto, recusando-se, inclusive, a emitir nota fiscal dos serviços que presta, usando o argumento de que se tornara uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, coberta por imunidade tributária.

A afirmação do auditor foi confirmada pelo acusado Bernardino Rodrigues Ribeiro, que, em depoimento perante autoridade policial, disse que no ano de 2005 foi feita uma alteração estatutária por meio da qual a matriz do Ceuma passou a ser a mantenedora das outras filiais do grupo e, nessa condição, assumiu as obrigações tributárias destas, desobrigando-as do dever de recolher o ISS respectivo. No depoimento, ele acrescentou que, como a matriz passou a se considerar beneficiária de imunidade tributária, todas as demais unidades do grupo deixaram de recolher o imposto.

De acordo com o **promotor de justiça**, objetivando "legalizar" unilateralmente a imunidade que teriam se fossem considerados entidade de ensino sem fins lucrativos, os denunciados modificaram a personalidade jurídica do Ceuma, que até 2004 se chamava Uniceuma - Centro de Ensino Universitário do Maranhão LTDA, e era responsável tanto pela prestação dos serviços quanto pela respectiva movimentação financeira.

Em 2005, o estabelecimento passou a denominar-se Associação de Ensino, designada como instituição mantenedora, responsável por prover os recursos financeiros necessários ao funcionamento das demais empresas do grupo, que assim passaram a ser 'mantidas' pela Associação. Sendo assim, toda a arrecadação financeira passou a ser feita pela 'mantenedora'.

"A recusa dos acusados em recolherem o ISS coincide com a mudança da sede da matriz do Ceuma, do bairro Renasença, em São Luís, para o bairro Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, conforme Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Em resumo, da decisão ilegal que os réus tomaram de, unilateralmente, transformarem uma empresa, que todos os maranhenses sabem que é essencialmente comercial, numa entidade 'sem fins lucrativos' resultou, até agora, na sonegação de mais de duzentos e cinquenta milhões de reais em ISS ao Município de São Luís, os quais, acrescidos de juros e multas, ultrapassam a quantia de quatrocentos milhões de reais", ressaltou o **promotor de justiça** nas ações.

#### ENVOLVIMENTO

Conforme os documentos e depoimentos do inquérito, os denunciados Clóvis Antônio Chaves Fecury, Ana Lúcia Chaves Fecury e Mauro de Alencar Fecury são sócios e administradores do Ceuma, matriz e filiais, com poder de gerência dos negócios da firma, condição reconhecida por eles em seus depoimentos prestados durante a investigação.

Já o acusado Bernardino Rodrigues Ribeiro trabalha na empresa desde 1997, como professor, e a partir de 1999, como chefe do departamento de contabilidade, tendo assumido toda a parte contábil e fiscal em 2002.

Conforme os autos, Bernardino Ribeiro exerce suas atividades dentro da própria empresa, atuando como um dos diretores do grupo, com poder de decisão, inclusive representando a firma.

#### IRREGULARIDADES

Para praticarem a sonegação, os denunciados, segundo o **promotor de justiça** José Osmar Alves, se

utilizaram da estratégia de dizer que a empresa é uma entidade sem fins lucrativos, o que lhe daria imunidade tributária. Em razão disso, não emitem nota fiscal da maioria dos serviços que prestam, sonegando o ISS.

"Não há, porém, qualquer respaldo jurídico para os denunciados sustentarem a referida imunidade, posto que esta é uma condição objetiva, que precisa ser oficialmente reconhecida pelo ente tributante, o que nunca ocorreu no caso do Ceuma, sendo certo que os denunciados têm perfeita ciência de que as atividades que desenvolvem se revestem do mais puro espírito capitalista", pontua o membro do **Ministério Público**.

Na ação, foram destacados os enormes lucros obtidos pela empresa, o que se reflete no patrimônio individual dos envolvidos. Somente o denunciado Clóvis Antônio Fecury declarou possuir um patrimônio líquido de R\$ 65 milhões em 2018, conforme declaração feita por ele à Justiça Eleitoral. Em depoimento no curso da investigação, Clóvis Fecury disse que a empresa não emite nota fiscal e, conseqüentemente, não recolhe o ISS, porque os sócios entendem que o Ceuma tem direito ao benefício da imunidade fiscal.

A Promotoria enfatiza que, mesmo que a empresa fosse beneficiária de imunidade, as notas fiscais de todos os serviços precisariam ser emitidas, sendo que nesse caso bastaria informar a condição de imune nos documentos.

"Porém, os acusados não emitem as notas fiscais porque sabem perfeitamente que a empresa não é uma entidade sem fins lucrativos, e a prova definitiva de que esta é a verdade é o fato de que, sempre que um aluno exige, os denunciados emitem as notas, e não só as emitem, como destacam e recolhem o respectivo ISS", frisou.

**Site:** <https://www.glaucioericeira.com.br/2021/06/mp-oferece-denuncia-contra-socios-do-ceuma-por-crimes-contra-a-ordem-tributaria/>

# Destino de R\$ 4,9 milhões da Covid-19 enviados à Paço, sob Paula da Pindoba, é desconhecido

A Prefeitura de Paço do Lumiar, sob a gestão de Maria Paula Azevedo Desterro, a Paula da Pindoba (PCdoB), tem até a próxima semana para informar ao TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Maranhão onde foi parar exatos R\$ 4.989.170,11 destinados pela União ao município para ações de enfrentamento à pandemia da Covid-19.

O valor corresponde à soma dos montantes ocultados em 2020 e 2021, levantados por técnicos da corte a partir do cruzamento de dados dos portais da transparência de Paço e do governo federal com informações do sistema de acompanhamento de contratações públicas do tribunal, o Sacop.

Segundo o levantamento, do total de R\$ 7.741.899,72 enviados à Paço do Lumiar pelo governo Jair Bolsonaro (sem partido) no ano passado, para uso exclusivo no combate ao novo coronavírus, o destino de apenas R\$ 1.977.041,18 foi informado à corte de Contas pelo Sacop, o que representa apenas 25,54% do dinheiro público federal recebido.

Já neste ano, até a data do levantamento, nenhum centavo dos R\$ 775.688,43 destinados ao município para ações de saúde contra a doença foi tornado público.

Segundo balanço epidemiológico da prefeitura, até o último dia 25, data da atualização mais recente, 2.353 pessoas já foram infectadas e 193 morreram em decorrência da Covid-19 em Paço do Lumiar.

Independentemente da gestão Paula da Pindoba informar ou não ao TCE do Maranhão o destino dado aos recursos federais, a ocultação deve ser compartilhada com demais órgãos integrantes da Rede de Controle, como Polícia Federal. Em paralelo, a Câmara de Vereadores também pode abrir investigação contra a prefeita.

No âmbito do **Ministério Público do Maranhão**, já houve o ajuizamento de ação por improbidade para que a Justiça obrigue a gestão municipal a divulgar, detalhadamente, os valores orçamentários e a execução das despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Paula da Pindoba assumiu o comando dos cofres de Paço do Lumiar pela primeira vez em agosto 2019, em substituição ao então prefeito Domingos Dutra (PCdoB), vítima de um AVC (Acidente Vascular Cerebral). À época, chegou à visitar o MP maranhense para denunciar falta de transparência de Dutra e à determinar uma varredura em documentos e contratos do município, mas nunca apresentou o resultado prévio nem final do relatório. Em 2020, ela foi reeleita com 46,85% dos votos.

Do ATUAL 7

**Site:** <https://blogdominard.com.br/2021/06/destino-de-r-49-milhoes-da-covid-19-enviados-a-paco-sob-paula-da-pindoba-e-desconhecido/>

# Sócios e diretor do Ceuma são denunciados por sonegar R\$ 159 milhões em impostos

Em Ações Penais referentes a quatro unidades do Ceuma - Associação de ensino superior em São Luís, localizadas no Renascença, Centro, Bequimão e Anil, o **Ministério Público do Maranhão**, por meio da 26ª Promotoria de Justiça da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, ofereceu denúncia, em 7 de junho, contra os sócios e administradores do referido estabelecimento educacional por sonegação de Imposto Sobre Serviços (ISS) ao Município de São Luís.

O montante sonegado nas quatro unidades soma R\$ 159.482.135,97 milhões. O ISS tem uma alíquota de 5% do valor do serviço, o que indica um faturamento em torno de R\$ 3,18 bilhões. O **promotor de justiça** José Osmar Alves, subscritor das ações, informou que deixou de fora das denúncias vários autos de infração, porque os crimes estavam prescritos em relação a eles, o que indica que os valores sonegados são ainda maiores.

Nas quatro ações, foram denunciados Clóvis Antônio Chaves Fecury, Ana Lúcia Chaves Fecury, Bernardino Rodrigues Ribeiro e Mauro de Alencar Fecury. O Ceuma dedica-se à prestação de serviços de educação, com cursos de graduação e pós-graduação.

Na ação referente à unidade Bequimão, a Promotoria constatou a sonegação do valor de R\$ 3.017.396,00, entre os meses de janeiro a dezembro de 2017, período repetido em 2018, totalizando 24 crimes contra a ordem tributária.

Na manifestação sobre a unidade Renascença, foi atestada a sonegação da quantia de R\$ 150.141.210,00, durante os meses de janeiro a dezembro de 2008, período repetido até o ano de 2016, num total de 108 crimes da mesma espécie.

Em relação à Ação Penal cujo objeto é a unidade do bairro do Anil, foi verificado que os denunciados sonegaram ISS ao Município de São Luís na importância de R\$ 3.320.073,00, nos meses de janeiro a dezembro de 2017, continuado no mesmo período de 2018, completando 24 crimes da mesma natureza contra a ordem tributária.

Na manifestação referente ao estabelecimento da unidade Centro, o **Ministério Público** averiguou a sonegação de ISS no valor de R\$ 3.003.456,97, nos

meses de dezembro de 2014, janeiro a dezembro de 2015 e janeiro a dezembro de 2016, num total de 25 crimes da mesma categoria.

Conforme os documentos e depoimentos do inquirido, os denunciados Clóvis Antônio Chaves Fecury, Ana Lúcia Chaves Fecury e Mauro de Alencar Fecury são sócios e administradores do Ceuma, matriz e filiais, com poder de gerência dos negócios da firma, condição reconhecida por eles em seus depoimentos prestados durante a investigação.

Já o acusado Bernardino Rodrigues Ribeiro trabalha na empresa desde 1997, como professor, e a partir de 1999, como chefe do departamento de contabilidade, tendo assumido toda a parte contábil e fiscal em 2002.

Conforme os autos, Bernardino Ribeiro exerce suas atividades dentro da própria empresa, atuando como um dos diretores do grupo, com poder de decisão, inclusive representando a firma.

Para praticarem a sonegação, os denunciados, segundo o **promotor de justiça** José Osmar Alves, se utilizaram da estratégia de dizer que a empresa é uma entidade sem fins lucrativos, o que lhe daria imunidade tributária. Em razão disso, não emitem nota fiscal da maioria dos serviços que prestam, sonegando o ISS.

"Não há, porém, qualquer respaldo jurídico para os denunciados sustentarem a referida imunidade, posto que esta é uma condição objetiva, que precisa ser oficialmente reconhecida pelo ente tributante, o que nunca ocorreu no caso do Ceuma, sendo certo que os denunciados têm perfeita ciência de que as atividades que desenvolvem se revestem do mais puro espírito capitalista", pontua o membro do **Ministério Público**.

Na ação, foram destacados os enormes lucros obtidos pela empresa, o que se reflete no patrimônio individual dos envolvidos. Somente o denunciado Clóvis Antônio Fecury declarou possuir um patrimônio líquido de R\$ 65 milhões em 2018, conforme declaração feita por ele à Justiça Eleitoral. Em depoimento no curso da investigação, Clóvis Fecury disse que a empresa não emite nota fiscal e, conseqüentemente, não recolhe o ISS, porque os sócios entendem que o Ceuma tem direito ao benefício da imunidade fiscal.

A Promotoria enfatiza que, mesmo que a empresa

fosse beneficiária de imunidade, as notas fiscais de todos os serviços precisariam ser emitidas, sendo que nesse caso bastaria informar a condição de imune nos documentos.

"Porém, os acusados não emitem as notas fiscais porque sabem perfeitamente que a empresa não é uma entidade sem fins lucrativos, e a prova definitiva de que esta é a verdade é o fato de que, sempre que um aluno exige, os denunciados emitem as notas, e não só as emitem, como destacam e recolhem o respectivo ISS", frisou.

Em todas as denúncias o **Ministério Público** pede a condenação dos réus pelo crime de sonegação de ISS mediante a omissão de informações às autoridades fazendárias e pela prestação dos serviços de educação sem a emissão de nota fiscal. Essas condutas se acham tipificadas no art. 1º, incisos I e V da Lei 8.137/90, com a agravante descrita no art. 12, I da mesma Lei 8.137/90 (por se tratar de crimes que causaram graves danos à sociedade ludovicense), acrescidas da exasperação decorrente da continuidade delitiva, prevista no art. 71 do Código Penal, por terem os réus sonegado o imposto de forma continuada nos últimos quinze anos.

A pena máxima prevista para o crime é de cinco anos de reclusão, e 360 dias-multa. Se forem condenados nos quatro processos, eles podem pegar até 20 anos de cadeia e pagar R\$ 1.980.000,00 de multa cada um.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

**Site:**

<https://www.netoferreira.com.br/poder/2021/06/socios-e-diretor-do-ceuma-sao-denunciados-por-sonegar-r-159-milhoes-em-impostos/>

# MPMA oferece Denúncia contra sócios do Ceuma por crimes contra a ordem tributária

*williamarinho*

Em Ações Penais referentes a quatro unidades do Ceuma - Associação de ensino superior em São Luís, localizadas no Renascença, Centro, Bequimão e Anil, o **Ministério Público do Maranhão**, por meio da 26ª Promotoria de Justiça da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, ofereceu denúncia, em 7 de junho, contra os sócios e administradores do referido estabelecimento educacional por sonegação de Imposto Sobre Serviços (ISS) ao Município de São Luís.

O montante sonegado nas quatro unidades soma R\$ 159.482.135,97. O ISS tem uma alíquota de 5% do valor do serviço, o que indica um faturamento em torno de R\$ 3,18 bilhões. O **promotor de justiça** José Osmar Alves, subscritor das ações, informou que deixou de fora das denúncias vários autos de infração, porque os crimes estavam prescritos em relação a eles, o que indica que os valores sonegados são ainda maiores.

Nas quatro ações, foram denunciados Clóvis Antônio Chaves Fecury, Ana Lúcia Chaves Fecury, Bernardino Rodrigues Ribeiro e Mauro de Alencar Fecury. O Ceuma dedica-se à prestação de serviços de educação, com cursos de graduação e pós-graduação.

Em todas as denúncias o **Ministério Público** pede a condenação dos réus pelo crime de sonegação de ISS mediante a omissão de informações às autoridades fazendárias e pela prestação dos serviços de educação sem a emissão de nota fiscal. Essas condutas se acham tipificadas no art. 1º, incisos I e V da Lei 8.137/90, com a agravante descrita no art. 12, I da mesma Lei 8.137/90 (por se tratar de crimes que causaram graves danos à sociedade ludovicense), acrescidas da exasperação decorrente da continuidade delitiva, prevista no art. 71 do Código Penal, por terem os réus sonegado o imposto de forma continuada nos últimos quinze anos.

A pena máxima prevista para o crime é de cinco anos de reclusão, e 360 dias-multa. Se forem condenados nos quatro processos, eles podem pegar até 20 anos de cadeia e pagar R\$1.980.000,00 de multa cada um.

## SONEGAÇÃO

Na ação referente à unidade Bequimão, a Promotoria constatou a sonegação do valor de R\$ 3.017.396,00, entre os meses de janeiro a dezembro de 2017, período repetido em 2018, totalizando 24 crimes contra a ordem tributária.

Na manifestação sobre a unidade Renascença, foi atestada a sonegação da quantia de R\$ 150.141.210,00, durante os meses de janeiro a dezembro de 2008, período repetido até o ano de 2016, num total de 108 crimes da mesma espécie.

Em relação à Ação Penal cujo objeto é a unidade do bairro do Anil, foi verificado que os denunciados sonegaram ISS ao Município de São Luís na importância de R\$ 3.320.073,00, nos meses de janeiro a dezembro de 2017, continuado no mesmo período de 2018, completando 24 crimes da mesma natureza contra a ordem tributária.

Na manifestação referente ao estabelecimento da unidade Centro, o **Ministério Público** averiguou a sonegação de ISS no valor de R\$ 3.003.456,97, nos meses de dezembro de 2014, janeiro a dezembro de 2015 e janeiro a dezembro de 2016, num total de 25 crimes da mesma categoria.

## ESTATUTO

Durante a investigação, um dos auditores-fiscais responsáveis pelos levantamentos informou que até por volta do ano de 2004 o CEUMA recolhia normalmente o ISS. Porém, a partir daquele ano deixou de recolher o imposto, recusando-se, inclusive, a emitir nota fiscal dos serviços que presta, usando o argumento de que se tornara uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, coberta por imunidade tributária.

A afirmação do auditor foi confirmada pelo acusado Bernardino Rodrigues Ribeiro, que, em depoimento perante autoridade policial, disse que no ano de 2005 foi feita uma alteração estatutária por meio da qual a matriz do Ceuma passou a ser a mantenedora das outras filiais do grupo e, nessa condição, assumiu as obrigações tributárias destas, desobrigando-as do dever de recolher o ISS respectivo. No depoimento, ele acrescentou que, como a matriz passou a se considerar beneficiária de imunidade tributária, todas as demais unidades do grupo deixaram de recolher o imposto.

De acordo com o **promotor de justiça**, objetivando "legalizar" unilateralmente a imunidade que teriam se fossem considerados entidade de ensino sem fins lucrativos, os denunciados modificaram a personalidade jurídica do Ceuma, que até 2004 se chamava Uniceuma - Centro de Ensino Universitário do Maranhão LTDA, e era responsável tanto pela prestação dos serviços quanto pela respectiva movimentação financeira.

Em 2005, o estabelecimento passou a denominar-se Associação de Ensino, designada como instituição mantenedora, responsável por prover os recursos financeiros necessários ao funcionamento das demais empresas do grupo, que assim passaram a ser 'mantidas' pela Associação. Sendo assim, toda a arrecadação financeira passou a ser feita pela 'mantenedora'.

"A recusa dos acusados em recolherem o ISS coincide com a mudança da sede da matriz do Ceuma, do bairro Renascença, em São Luís, para o bairro Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, conforme Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Em resumo, da decisão ilegal que os réus tomaram de, unilateralmente, transformarem uma empresa, que todos os maranhenses sabem que é essencialmente comercial, numa entidade 'sem fins lucrativos' resultou, até agora, na sonegação de mais de duzentos e cinquenta milhões de reais em ISS ao Município de São Luís, os quais, acrescidos de juros e multas, ultrapassam a quantia de quatrocentos milhões de reais", ressaltou o **promotor de justiça** nas ações.

## ENVOLVIMENTO

Conforme os documentos e depoimentos do inquérito, os denunciados Clóvis Antônio Chaves Fecury, Ana Lúcia Chaves Fecury e Mauro de Alencar Fecury são sócios e administradores do Ceuma, matriz e filiais, com poder de gerência dos negócios da firma, condição reconhecida por eles em seus depoimentos prestados durante a investigação.

Já o acusado Bernardino Rodrigues Ribeiro trabalha na empresa desde 1997, como professor, e a partir de 1999, como chefe do departamento de contabilidade, tendo assumido toda a parte contábil e fiscal em 2002.

Conforme os autos, Bernardino Ribeiro exerce suas atividades dentro da própria empresa, atuando como um dos diretores do grupo, com poder de decisão, inclusive representando a firma.

## IRREGULARIDADES

Para praticarem a sonegação, os denunciados,

segundo o **promotor de justiça** José Osmar Alves, se utilizaram da estratégia de dizer que a empresa é uma entidade sem fins lucrativos, o que lhe daria imunidade tributária. Em razão disso, não emitem nota fiscal da maioria dos serviços que prestam, sonegando o ISS.

"Não há, porém, qualquer respaldo jurídico para os denunciados sustentarem a referida imunidade, posto que esta é uma condição objetiva, que precisa ser oficialmente reconhecida pelo ente tributante, o que nunca ocorreu no caso do Ceuma, sendo certo que os denunciados têm perfeita ciência de que as atividades que desenvolvem se revestem do mais puro espírito capitalista", pontua o membro do **Ministério Público**.

Na ação, foram destacados os enormes lucros obtidos pela empresa, o que se reflete no patrimônio individual dos envolvidos. Somente o denunciado Clóvis Antônio Fecury declarou possuir um patrimônio líquido de R\$ 65 milhões em 2018, conforme declaração feita por ele à Justiça Eleitoral. Em depoimento no curso da investigação, Clóvis Fecury disse que a empresa não emite nota fiscal e, conseqüentemente, não recolhe o ISS, porque os sócios entendem que o Ceuma tem direito ao benefício da imunidade fiscal.

A Promotoria enfatiza que, mesmo que a empresa fosse beneficiária de imunidade, as notas fiscais de todos os serviços precisariam ser emitidas, sendo que nesse caso bastaria informar a condição de imune nos documentos.

"Porém, os acusados não emitem as notas fiscais porque sabem perfeitamente que a empresa não é uma entidade sem fins lucrativos, e a prova definitiva de que esta é a verdade é o fato de que, sempre que um aluno exige, os denunciados emitem as notas, e não só as emitem, como destacam e recolhem o respectivo ISS", frisou.

Redação: CCOM-**MPMA**

Site: <http://www.willian.net.br/2021/06/mpma-oferece-denuncia-contra-socios-do.html>

# Obra Passado, Presente e Futuro do Ministério Público Brasileiro é realizada pelo UFMA e MP-MA

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/28/TVMIRANTEAFG>**

**LOBOSOLUSMA-07.05.38-07.12.10-1624889656.mp4**